



Antologia de Ensaio

Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes

VI – Seminário de investigação, ensino e difusão

Antologia de Ensaios

**LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes.
VI Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**

Comissão Científica

Ana Barata (Biblioteca de Arte – FCG)
Ana Cristina Sousa (CITCEM/FLUP)
Bruno Marques (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Carolina Pescatori (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Emília Ferreira (MNAC; IHA/FCSH/NOVA)
Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Lúcia Rosas (CITCEM/FLUP)
Maria Fernanda Derntl (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)
María Teresa Perez Cano (HUM700/US)
Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)
Paula André (DINÂMIA’CET-ISCTE / Iscte- Instituto Universitário de Lisboa)
Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Rodrigo de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Sofia Aleixo (CHAIA/UE)

Coordenação editorial

Paula André (DINÂMIA’CET-ISCTE / Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)
Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)
Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)
María Teresa Perez Cano (HUM700/US)
Rodrigo de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)

Apoio técnico e difusão

Mariana Leite Braga (DINÂMIA’CET-ISCTE)

Edição

DINÂMIA’CET-ISCTE
Outubro de 2020

ISBN

978-989-781-348-1

Fotografia na capa

Centro Histórico do Porto, Tiago Cruz, 2019-08-10

Índice

p. 1

Por um conhecimento libertador!

Paula André
Paulo Simões Rodrigues
Margarida Brito Alves
Miguel Reimão Costa
Maria Leonor Botelho
María Teresa Perez Cano
Rodrigo de Faria

p. 2

Casas dentro de casas – processo histórico de transformação da propriedade em tecidos consolidados

Ana Costa Rosado
Miguel Reimão Costa

p. 24

Identidade do Lugar, o caso da Colónia Agrícola de Pegões

Daniel Nunes
Sofia Aleixo

p. 39

Dinâmicas urbanas: a indústria na transformação da paisagem ribeirinha do Porto

Ana Isabel Lino
Lúcia Rosas

p. 51

Planejamento e Cidade Média no Brasil: questões urbano-regionais na década de 1970

Orlando Vinicius Rangel Nunes
Rodrigo Santos de Faria

p. 66

O Centro de Brasília: permanências e transformações da monofuncionalidade modernista no Setor Comercial Sul

Erika Castanheira Quintans
Carolina Pescatori Candido da Silva

p. 87

O Processo do Projecto do Mosteiro de Santa Maria do Mar: do “guião” à “realização do filme”

Hugo Casanova
Paula André

p. 117

Viagens do arquiteto João de Almeida (1927-2020) por França e Suíça Alemã: partilha, influência e património do olhar

Ana Rita Pereira

Paula André

p. 135

Artigos de Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) na imprensa e revistas da espacialidade (1963-2000): do atlas teórico-crítico à proposta de um arquivo dos desenhos de arquitectura

Margarida Marino Ucha

Paula André

p. 163

Comunicação e difusão da arquitetura: As revistas de arquitetura do início do século XX em Portugal

Patrícia Salomé Faustino

Sofia Aleixo

p. 178

A prática social do arquitecto na habitação económica na década de 1920 e a sua divulgação n' *A Architectura Portuguesa*

António Brancas

Sofia Aleixo

p. 191

Laboratório da educação para o património. Ensaio.1

Cátia Raquel de Sousa Oliveira

Maria Leonor Botelho

p. 203

A chaminé tradicional no Sul de Portugal: contributo para uma história da arquitetura do Algarve

Lydia Santos

Miguel Reimão Costa

p. 223

Los usos del siglo XX a través del patrimonio contemporáneo de Sevilla (1925-1975). Reconocimiento de los valores patrimoniales de uso desde una aproximación urbana

Juan Andrés Rodríguez Lora

Daniel Navas-Carrillo

María-Teresa Pérez-Cano

p. 241

O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto

Daniela Pereira Barbosa

Maria Fernanda Derntl

p. 255

Fitas adesivas no Desenho. Reflexões sobre conservação e valorização artístico-patrimonial

Ana Cristina Machado

Teresa Ferreira

Paulo Simões Rodrigues

Eduarda Vieira

German de la Fuente

p. 263

Bancos, fontes e colunas de iluminação: estudo das formas no mobiliário urbano produzido em ferro fundido

Diana Felícia

Ana Cristina Sousa

p. 281

O Percurso e as Influências de Francisco Brennand: Contributos para uma Genealogia da sua Imaginação

Tiago Gouveia Mariano

Paulo Simões Rodrigues

p. 295

A criatividade como processo do consciente e subconsciente na Arte. A Barrística como caso de estudo

Paulo Tiago Cabeça

Paulo Simões Rodrigues

Mariana Carrolo

p. 308

Siluetas de Ana Mendieta: espaços íntimos

Iriê Salomão

Bruno Marques

p. 322

A Forma Artística: Do Vazio Mínimo para a Luz Total

Miguel Meruje

Margarida Acciaiuoli

p. 338

Notas curriculares

A prática social do arquitecto na habitação económica na década de 1920 e a sua divulgação n’A *Architectura Portuguesa*

António Brancas

Universidade de Évora
antoniobrancas04@gmail.com

Sofia Aleixo

CHAIA/IHC-CEHCi/DArq -EArtes, Universidade de Évora
CHAM-SLHI, FCSH –Universidade Nova de Lisboa
saleixo@uevora.pt

Resumo

No início do século XX a industrialização promoveu a oferta de trabalho nas grandes cidades, dando origem ao aumento da população urbana. Estas cidades acusam novos problemas de salubridade e higiene decorrentes da carência de habitação económica, a que os arquitectos procuram dar solução, quer em artigos de opinião quer na elaboração de projectos, que são publicados em periódicos de arquitectura e construção. Ao se identificar a necessidade de promover, projectar e construir este tipo de habitação, procurou-se investigar como se expressa na prática profissional do arquitecto a resposta a estes problemas, explorando a divulgação de projecto na 1ª série da revista *A Architectura Portuguesa* (1908-1929). A metodologia estabelecida permitiu concluir que, face a uma necessidade social premente nos meios urbanos, houve uma resposta da classe profissional à necessidade de construir habitação económica condigna e confortável, que se pode compreender através dos periódicos de arquitectura.

Palavras-chave

Higiene e Salubridade, Legislação, Projecto de Arquitectura, Revistas de Arquitectura, Habitação económica.

Introdução

No início do século XX, a prática do arquitecto foi marcada pela resposta a problemas sociais, como a escassez de habitação nas cidades originada pela industrialização. Na origem do problema está o crescente aumento da população em áreas urbanas, nomeadamente no Porto e em Lisboa, devido ao êxodo rural daqueles que se dirigiam para a cidade à procura de melhores condições de vida¹. O debate feito por médicos higienistas, arquitectos e engenheiros acentua a necessidade de apoio à iniciativa privada na construção de habitação condigna para a classe proletária, como forma de combater os graves problemas de saúde pública e os focos de insalubridade nas cidades². A necessidade de intervenção pública, por parte do Estado e das Autarquias, ganha expressão neste debate, culminando em propostas políticas sobre a questão e com a promoção pública de bairros operários³.

Em paralelo com esta questão social, os problemas da salubridade e higiene na habitação são identificados pelos arquitectos em congressos internacionais, informados pelo conhecimento de especialistas, como médicos e higienistas⁴. Estes conhecimentos encontram em Portugal uma forma de divulgação e de formação dos arquitectos em periódicos de arquitectura e construção, como as revistas comerciais *A Construção Moderna* (1900-1919 e *A Architectura Portuguesa* (1908-1929)⁵. Os arquitectos, constituídos em classe profissional em 1903 na *Sociedade dos Arquitectos Portuguezes* (SAP), também desenvolveram um debate sobre a promoção de saúde na habitação, partilhando o conhecimento adquirido em congressos internacionais na sua publicação oficial o *Anuário da SAP*⁶. Estas publicações disseminaram o conhecimento sobre o crescente problema da higiene urbana e da habitação económica em Portugal, entre eles novos processos construtivos e espaciais, com o objectivo de tornar a sua construção mais económica e rápida. Tal divulgação terá contribuído para uma crescente tomada de responsabilidade social dos arquitectos na procura de soluções para os problemas identificados na habitação económica. O primeiro quartel do século XX delimita as primeiras intervenções da administração central na resolução do défice de habitação digna com a publicação do *Decreto n.º 4137*⁷ e a construção de um conjunto diverso de soluções privadas. Ambas as iniciativas pretendiam melhorar as condições de vida nas cidades industrializadas, em particular nas *ilhas* do Porto, e nos *pátios*, em Lisboa⁸.

¹ ALMEIDA, Paulo. M - A questão habitacional em Portugal: Entre o final da Monarquia e a República. In RAMOS, R. J. G.; PEREIRA, V. B.; MOREIRA, M. R.; SILVA, S. D.(Ed.) - **Contexto, Programa, Projecto: Arquitectura e Políticas Públicas de Habitação**. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, Projeto de Investigação (FCT) Mapa da Habitação, 2019, pp.24-34. (Consultado, 10 de Abril de 2020). Disponível na internet: <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/en/book>

² SERRANO, Inês - A Higiene e Salubridade na Arquitectura através d'A Construção Moderna. In MESQUITA, Marieta Dá (Coord.) - **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Caleidoscópio: Casal de Cambra, 2011, pp. 370-380.

³ ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação, 200 anos**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018.

⁴ MESQUITA, Marieta Dá. **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

⁵ FIGUEIREDO, Rute. **Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)**. Lisboa: Colibri, 2007.

⁶ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo - **Arquitectos Portugueses, 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)**. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

⁷ Presidência do Ministério. Decreto de Lei n.º 4137/1918, de 25 de Abril. Diário do Governo, 1ª série, N.º 87 (1918) (policopiado)

⁸ ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação, 200 anos**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018.

Deste modo, é objectivo geral do presente texto contribuir para uma leitura pluridisciplinar da história da habitação económica, explorando a relação entre as revistas de arquitectura, as organizações profissionais e a legislação em vigor na década de 1920. Nesta ordem de ideias interessa responder à seguinte questão: Como se expressa no projecto a prática profissional do arquitecto perante a necessidade de habitação económica urbana na década de 1920 em Portugal?

Foram estabelecidos os seguintes objectivos:

- Identificar os elementos que caracterizam o papel social do arquitecto na década de 1920 em Portugal através da análise dos documentos publicados pela *Sociedade dos Architectos Portuguezes*;
- Definir *Habitação Económica* no contexto social e histórico em que se desenvolve a investigação, identificando as suas características identitárias através da legislação em vigor na época;
- Aplicar o enquadramento teórico prévio na análise de uma resposta da prática profissional às necessidades de habitação económica publicada na revista *A Architectura Portugueza*.

Esta investigação procurou definir técnicas de análise e identificação de ações de projecto que reflectissem preocupações como, o bem-estar e qualidade de vida em habitações económicas. A metodologia utilizada no grupo MOM⁹ permitiu identificar e analisar os conceitos teóricos publicados em artigos incluídos em revistas com o objectivo de compreender o modo de pensar e de fazer a habitação económica. A consulta dos números da revista, disponibilizados em formato digital no âmbito do portal Revistas de Ideias e Cultura (RIC)¹⁰, permitiu a análise quantitativa dos artigos divulgados sobre habitação económica, observando-os e comparando-os¹¹.

1. O arquitecto em Portugal no início do século XX

Em Portugal, a origem do modelo de ensino em arquitectura ministrado nas Escolas de Belas Artes desde 1836, teve como referência a *École des Beaux-Arts* de Paris¹². No princípio do século XX vários arquitectos apresentaram medidas para a actualização do

⁹ MOM (Morar de Outras Maneiras, 2004) – grupo de investigação sediado na Escola de Arquitectura da Universidade Federal de Minas Gerais, que desenvolve o projecto *A habitação social no Brasil do século XX e as estruturas informacionais da arquitectura, urbanismo e engenharia*. A metodologia organiza e categoriza num quadro síntese as características da habitação com base em conceitos teóricos.

¹⁰ O portal Revistas Ideias e Culturas, coordenado pelo Doutor Luís Andrade, é um projecto que tem como objectivo fazer o mapeamento da cultura portuguesa a partir da análise sistemática do conteúdo das revistas tidas por mais significativas numa base de dados online, do qual já faz parte a primeira revista de arquitectura portuguesa – *A Construção Moderna*. Este projecto é desenvolvido pelo Seminário Livre de História das Ideias (SLHI), no âmbito do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

¹¹ ALEIXO, Sofia. BRANCAS, António. 1920's economic housing in the magazine *A Architectura Portugueza*. In "**Web of Knowledge: a look into the Past, embracing the Future**", ALBUQUERQUE, Sara; FERREIRA, Teresa; NUNES, Maria de Fátima; MATOS, Ana Cardoso de; CANDEIAS, António (eds.). Évora: Universidade de Évora, Sílabas e Desafios, 2019, p. 24-27.

¹² MONIZ, Gonçalo Canto - **O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)**. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011. Tese de Doutoramento em Arquitectura. (Consultado, 10 de Abril de 2020). Disponível na internet: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18438>

ensino face as novas necessidades da sociedade. Exemplo disso foi o parecer enviado ao governo pelo Arquitecto Alexandre Soares, em 1908, no qual proponha a integração de conteúdos científicos próprios do campo da arquitectura, tais como a *Legislação e higiene de edifícios* e a *Estética e salubridade das povoações*¹³. Mais tarde, com reforma do ensino em 1911, a habitação estaria em pé de igualdade com os edifícios públicos e com os temas relacionados com os “materiais e métodos de construção, saneamento e higiene”¹⁴. Esta consciência de actualização da formação gerou um novo perfil do arquitecto, mais desperto em adequar a sua actividade às novas necessidades da sociedade, como demonstra o artigo do Arquitecto Costa Campos publicado em 1907, no qual apelou pelo estudo das bases em que devia assentar um regulamento de responsabilidades profissionais¹⁵. Em complemento, no ano seguinte, o arquitecto Adães Bermudes identificou na revista *A Architectura Portuguesa* algumas responsabilidades técnicas que os arquitectos deveriam responder como o conforto, a salubridade e higiene, e a estética na habitação¹⁶.

A consciência destas responsabilidades motivou um grupo de profissionais a formar em 1903 a organização profissional *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (SAP), com o objectivo de defender e promover a profissão junto da sociedade¹⁷. Na sua publicação oficial - o *Anuário*, encontram-se definidas as funções do arquitecto, que se traduziram numa maior consciência dos problemas da sociedade e da habitação, da qual é exemplo o parecer *Casas Baratas – Representação ao Governo*¹⁸. Esta proposta de lei tinha como objectivo promover habitação para as classes proletárias, afirmando que era assunto que directamente dizia respeito aos arquitectos.

Os arquitectos compreenderam a importância do “lar”, como um direito de todas as classes sociais onde deveriam existir como elementos indispensáveis à vida – o ar, a luz e a água. Face às necessidades gerais da sociedade surgiram, simultaneamente, novos conceitos de conforto que colocaram a habitação económica no centro do trabalho dos arquitectos.

2. Habitação Económica

No início do século XX em Portugal, a industrialização levou a população à procura de trabalho nas cidades para obter melhores condições de vida¹⁹. A oferta de habitação para

¹³ GOMES, Maria Calado de Albuquerque - **A Cultura Architectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (policopiado), 2003. Tese de Doutoramento em Arquitectura.

¹⁴ Idem, p.32

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo - **Arquitectos Portuguezes, 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)**. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

¹⁸ SAP. Interesses Gerais da Classe: Casas Baratas. In **Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes**. Lisboa: Sociedade dos Architectos Portuguezes, N.º IV (1908), pp.17-18.

¹⁹ ALMEIDA, Paulo. M - A questão habitacional em Portugal: Entre o final da Monarquia e a República. In RAMOS, R. J. G.; PEREIRA, V. B.; MOREIRA, M. R.; SILVA, S. D.(Ed.) - **Contexto, Programa, Projecto: Arquitectura e Políticas Públicas de Habitação**. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, Projeto de Investigação (FCT) Mapa da Habitação, 2019, pp.24-34. (Consultado, 10 de Abril de 2020). Disponível na internet: <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/en/book>

satisfazer o aumento da população nas principais cidades industrializadas, foi garantida pelo sector privado que construiu em Lisboa, os pátios e no Porto, as ilhas (Figura 1). Em ambas as cidades, as habitações eram construídas em interiores de quarteirões, por vezes pelos próprios moradores com dimensões reduzidas, sem as mínimas condições de higiene e salubridade²⁰. No entanto, na década de 1920 os problemas de higiene e salubridade agravaram-se devido à gripe espanhola e ao pós-guerra.



Figura 1 – Ilhas e casas insalubres no Porto. Arquivo Municipal do Porto, 1960, referência: 276169

As elevadas taxas de mortalidade originadas pelas doenças propagadas pela falta de condições das habitações levou o Estado a definir mínimos de qualidade construtiva e ambiental através do *Regulamento da Salubridade das Edificações Urbana*, em 1903²¹. Estas recomendações foram apoiadas pelo conhecimento divulgado em revistas de especialidade sobre novas referências espaciais, funcionais e materiais, tendo em vista a actualização da formação dos profissionais que intervinham nas cidades (tais como os arquitectos e engenheiros)²². Como exemplo, destaca-se o papel do engenheiro Mello Matos, editor da revista *A Construção Moderna*, na qual identificou várias soluções tipológicas: habitações isoladas, as agrupadas em conjuntos de duas e quatro casas, as geminadas, as habitações em banda e as colectivas²³.

Mais tarde, seria publicado o *Decreto nº4137*²⁴, que representa as primeiras iniciativas de promoção pública na construção de habitação para a classe proletária e estabelece incentivos fiscais à promoção privada. Este decreto²⁵ definiu áreas mínimas para a sua

²⁰ Idem.

²¹ SERRANO, Inês - A Higiene e Salubridade na Arquitectura através d'A Construção Moderna. In Mesquita, Marieta Dá (Coord.) - **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Caleidoscópio: Casal de Cambra, 2011, pp. 370-380.

²² Idem.

²³ MESQUITA, Marieta Dá. **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

²⁴ DECRETO DE LEI N.º 4137/1918, de 25 de Abril. Diário do Governo, 1ª série, N.º 87 (1918) (policopiado)

²⁵ No primeiro quartel do século XX é possível distinguir-se três períodos distintos na definição de estratégias de habitação: o primeiro é relativo às últimas décadas da monarquia constitucional até 1910; o segundo é alusivo ao regime republicano de 1910 até 1926, e o terceiro pertence ao Estado Novo (Antunes, 2018).

construção: “classe I, a mais elevada teria três ou mais quartos habitáveis com mais de 9m², cozinha e WC; a Classe II, reduzia-se para 2 quartos nas mesmas condições; a Classe III reduzia-se para 1 quarto de 9m² e cozinha; e a Classe IV para um quarto isolado com 9m² pelo menos”²⁶. No entanto, os bairros iniciados durante a Primeira República (Bairro do Arco do Cego e Bairro da Ajuda), sofrem atrasos na sua construção e apenas foram concluídos na década de 30 pelo Estado Novo. Na sua inauguração, ambos os moradores dos bairros pertenciam à classe média, uma vez que as rendas praticadas colocaram as habitações fora do alcance das classes proletárias²⁷. Quando foram concluídos, encontravam-se arquitectonicamente ultrapassados pelo debate do movimento moderno, reflectindo uma tradição clássica em contraste com outras soluções desenvolvidos neste período, alinhadas com debate intencional, como o Bairro em Olhão (1929, arquitecto Carlos Ramos), o plano para uma cidade-jardim em Viana do Castelo (1932, arquitecto Rogério de Azevedo) e o Bairro Operário Conde de Monte Real (1932, arquitecto Jorge Segurado)²⁸. Os dados recolhidos na plataforma *Mapa da Habitação (1910 - 1974)*²⁹ e sintetizados na Figura 2, permitiram compreender através da comparação de três períodos relativos à legislação de habitação económica: o número de bairros construídos em Portugal de acordo com a sua localização e número de fogos construídos; a sua promoção (pública ou privada); e por fim a que tipologia urbana pertencem (banda, colectiva, geminada).

	1900 -1917 ANTES DA PUBLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA	1918 -1927 EM 1918 ENTRA EM VIGOR O DECRETO DE LEI N.º 1137	1928 -1932 EM 1928 ENTRA EM VIGOR O DECRETO DE LEI N.º 1695	
LOCALIZAÇÃO / Nº DE BAIROS CONSTRUIDOS EM PORTUGAL	77 BAIROS 1012 FOGOS	48 BAIROS 1848 FOGOS	59 BAIROS 817 FOGOS	PORTO
PROMOÇÃO PÚBLICA / PRIVADA	74 BAIROS 71 PRIVADA 3 PÚBLICA	34 BAIROS 31 PRIVADA 3 PÚBLICA	51 BAIROS 45 PRIVADA 6 PÚBLICA	PRIVADA REQUIMENTO MOBILIÁRIO
TIPOLOGIA COLECTIVAS / GEMINADAS/ BANDA	58 BAIROS BANDA	23 BAIROS BANDA	34 BAIROS BANDA	BANDA

Figura 2 – Tabela que representa a relação entre a localização e número de bairros construídos, a promoção (privada e pública) e a tipologia com base na informação disponibilizada pela plataforma Mapa da Habitação em Portugal, de acordo com a legislação em vigor na década 1920. “Elaborado pelo autor”.

²⁶ Idem, p.455

²⁷ TIAGO, Maria da Conceição. **Bairros Sociais da I República: projectos e realizações**. Lisboa: Ler História – ISCET-IUL, 2010, pp. 249-272.

²⁸ GONÇALVES, Eliseu. A República e questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). In AGAREZ, Ricardo (Coord). **Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2018, pp.41-82.(Consultado, 10 de Abril de 2020) Disponível na internet: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/100anoshabitacao/af_I_HRU_Habitacao_Social.pdf

²⁹ MAPA DA HABITAÇÃO (1910-1974). (Em linha). 2015. (Consult. 30 Jul. 2020). Disponível na internet: <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/pt/>

Estes dados, analisados de acordo com a legislação em vigor na época³⁰, poderão indicar que no período de investigação (particularmente na década de 1920) a cidade do Porto teria mais bairros construídos, de origem privada e maioritariamente de tipologia em banda, comparativamente ao resto do país.

3. Revistas de arquitectura

No princípio do século XX, as várias políticas públicas de habitação e a construção de diversas soluções por parte dos arquitectos, foi registada por três periódicos da especialidade: *A Construcção Moderna* (1900-1919), o *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911) e *A Architectura Portugueza* (1908-1929). Meios de divulgação de conhecimento, ideias e cultura, estas revistas tinham como objectivo editorial informar os profissionais do campo da construção (arquitectos, engenheiros, construtores), as revistas de arquitectura em Portugal revelam-se importantes para a construção da cidade moderna e de habitações mais salubres e higiénicas³¹. As revistas informavam os profissionais nacionais sobre os debates internacionais ocorridos em congressos e em exposições, difundido a actualidade e promovendo o conhecimento sobre novas técnicas de construção.

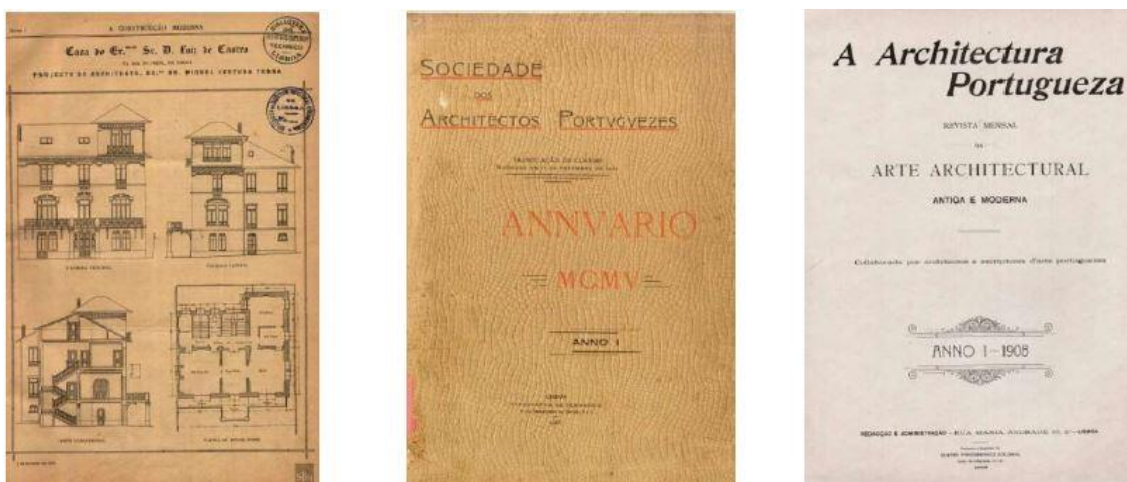


Figura 3 – *A Construcção Moderna*, n.º I, 1900; *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, n.º I 1905; *A Architectura Portugueza*, n.º I, 1908.

A Construcção Moderna (1900-1919) (Figura 3), ao ter sido publicada a partir de 1900, divulgou as bases teóricas da cultura arquitectónica (higiene, salubridade, ventilação, organização urbana e tipológica) sobre o tema da habitação económica³². No entanto, no que diz respeito à divulgação de projectos de habitação económica apenas publicou dois (Bairro do Monte Pedral, em 1902, e uma tipologia de habitação em 1914). O *Anuário*

³⁰ Decreto de Lei n.º 4137 de 1918 – Bairros de Casas Económicas; Decreto de Lei n.º 5397 de 1919 – Bairros Sociais; Decreto de Lei n.º 16055 de 1928 – Regime de Casas Económicas.

³¹ MESQUITA, Marieta Dá. **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

³² Idem.

da SAP (1905-1911) (Figura 3), apesar da sua importância enquanto documento oficial da classe profissional, não conseguiu criar espaço de debate dentro das publicações especializadas na época, quer pela sua publicação anual e quer pelo curto período em que foi publicado³³. Esta publicação não incluiu a divulgação de projectos de habitação económica, apenas informação teórica apresentada em congressos internacionais sob a autoria do arquitecto João Lino de Carvalho. *A Architectura Portuguesa* (1908-1929) (Figura 3), afirmou-se como uma revista que apostava na qualidade da imagem e no ensaio crítico como instrumento de comunicação, debatendo sobre a arquitetura, as suas finalidades e os seus intervenientes na procura por informar o gosto dos utentes³⁴. Os sete projectos divulgados na década de 1920 coincidem com o agravar da crise do alojamento e com a publicação do primeiro decreto de promoção pública de habitação económica. O estudo dos projectos publicados nesta revista procura compreender a resposta dos arquitectos à nova condição urbana que emergia, especificamente o acesso a habitação para as classes proletárias.

4. A habitação económica na revista *A Architectura Portuguesa*

A leitura dos números publicados pela revista *A Architectura Portuguesa* permitiu encontrar artigos publicados entre os anos de 1923 e 1928, dos quais fazem parte os seguintes arquitectos: Frederico de Carvalho, com dois artigos; Joaquim Moreira de Lemos, com um artigo; António da Silva Júnior, com três artigos e o José Ferreira Pênedá, com um artigo³⁵. Ao se comparar os projectos de habitação económica, dentro das características identificadas anteriormente (localização, promoção, tipologia urbana e programa da habitação), destacou-se o artigo – *Projecto dum grupo de dez habitações do Arquitecto José Ferreira Pênedá* (1926)³⁶. Este artigo reuniu o maior conjunto de características comparativamente aos restantes, ao apresentar um conjunto de habitações económicas promovidas por iniciativa privada, na cidade do Porto, de tipologia em banda.

A questão estética destaca-se em vários pontos do artigo: no título principal – “A Architectura Tradicional Portuguesa”; no texto com a alusão ao conjunto como “típico”; na parte gráfica sobressai a atenção do editor ao apresentar unicamente numa página os alçados; e por fim reflecte-se no cuidado do arquitecto no desenho das fachadas, através da caracterização dos vãos, dos caixilhos e dos frisos (Figura 4). Estes aspectos sugerem que o arquitecto, em relação à habitação económica para as classes proletárias, tinha em consideração a estética das habitações, com o objectivo de renovar a imagem destes conjuntos que se encontravam relacionada com as precárias ilhas, existentes na cidade

³³ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo - **Arquitectos Portugueses, 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)**. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

³⁴ FIGUEIREDO, Rute. **Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)**. Lisboa: Colibri, 2007.

³⁵ BRANCAS, António. **A prática social do arquiteto na habitação económica da década de 1920 e a sua divulgação n’A *Arquitectura Portuguesa***. Évora: Universidade de Évora, 2020. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

³⁶ COLARES, Eduardo Nunes. *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No ângulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Pênedá. A *Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: Eduardo Nunes Colares, N.ºX (1926), pp.44-47.

do Porto, e os pátios, em Lisboa, procurando assim desempenhar um papel social. Relativamente à organização espacial, o processo de desenhar e projectar o interior da habitação económica reduzia as áreas de circulação a dois halls (do rés-do-chão e do primeiro andar) que garantiam a comunicação entre todos os compartimentos da habitação (Figura 4). A redução das áreas de circulação permitiu que os espaços sociais tivessem mais área útil, como é visível nos quartos e sala de jantar.

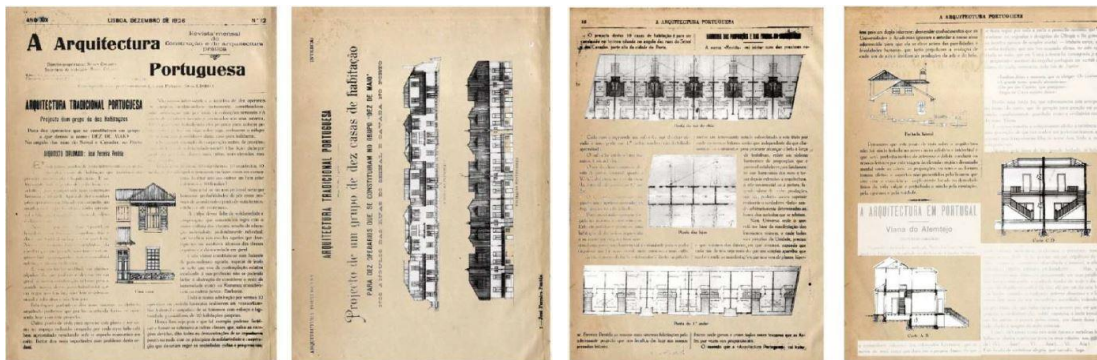


Figura 4 – Projecto dum grupo de dez habitações. A Arquitectura Portuguesa, n. °10, 1926, pp. 44-47

Através da leitura das plantas e cortes (Figura 5), compreende-se que o projecto permitia a redução do custo através da repetição da mesma organização espacial para cada habitação, bem como das dimensões dos diferentes elementos constructivos, constituindo o que se pode identificar como uma sistematização na construção. Esta repetição de um módulo, que constitui uma habitação, garantia uma certa uniformização na sua construção e a redução de custo de execução, já que em todas iriam ser utilizadas os mesmos processos constructivos. Segundo o artigo, o projecto do conjunto de habitações permitia a sua autoconstrução por parte dos proprietários: “talvez por vezes trabalhando eles próprios para colocar a pedra sobre pedra, ou viga sobre viga, realizarem o milagre de se tornarem possuidores duma casa para habitarem”³⁷. Este processo também permitia a redução do preço da habitação, uma vez que, eventualmente, a função profissional dos seus moradores poderia contribuir para a construção destas habitações. No que diz respeito à higiene e salubridade, o artigo apresentou os ramais de descarga dos esgotos e das instalações sanitárias e as respectivas caixas de inspecção demonstrando a sua importância nas habitações económicas. Em relação à ventilação das habitações, destaca-se o acesso à caixa de ar do piso térreo que permite através do arejamento evitar a ascensão de humidade por capilaridade (Figura 6).

³⁷ Idem, p.44.



Figura 5 – Desenhos técnicos do projecto divulgados no artigo (s/escala). “Elaborado pelo autor”



Figura 6 – Corte AB (s/escala). “Elaborado pelo autor”

Sobre a legislação em vigor na época os temas que o projecto aborda, identificados no *RSEU* e no *Decreto N. 4137*, superam os requisitos mínimos legais, como é o caso das áreas dos quartos e a sua iluminação, bem como o acesso à caixa de ar ventilada (Figura 6).

Considerações finais

A consciência social, ética e moral formada nas escolas de arquitectura tem continuidade na prática profissional do arquitecto ao responder a problemas concretos da sociedade, tendo como objectivo melhorar a qualidade de vida da população nas cidades, como é o caso da habitação urbana para as classes proletárias na década de 1920. Considera-se que poderá existir no primeiro quartel do século XX uma tomada de consciência crítica por parte da classe profissional dos arquitectos em relação ao

problema de habitação económica uma vez que projectaram e debateram soluções nas revistas de especialidade de arquitectura.

Este *Projecto dum grupo de dez habitações*, da autoria do arquitecto José Ferreira Peneda, sugere que a revista *A Architectura Portuguesa* divulgou uma proposta que considerou modelo na divulgação de boas práticas. A solução económica reflectiu-se na organização espacial (iluminação, ventilação, circulação), no processo de autoconstrução das habitações e na sistematização dos materiais que reflecte um posicionamento ético do arquitecto perante o habitar das classes proletárias. Para além dos objectivos de divulgação, o projecto em si, configura-se como um exemplo de resposta a estes problemas ao considerar as dificuldades económicas dos seus utentes na solução construtiva que permite o processo de autoconstrução.

A utilização de um caso de estudo único apresenta-se como ilustrativo de uma metodologia de análise replicável. Porém, outros estudos, sobre a habitação económica de encomenda privada desenvolvida no Porto e Lisboa, sobre soluções divulgadas por diferentes revistas de especialidade nacionais e internacionais, ou ainda, sobre as práticas profissionais no âmbito da construção deste tipo de habitação por arquitectos formados em diferentes Escolas de Belas-Artes, certamente trarão novos dados que interessa conhecer para melhor compreender este período da história da arquitectura, da construção e da profissão.

Ao visitar o local na fase final da investigação, verificou-se que o conjunto se encontrava construído e habitado (Figura 7). Apesar das alterações ao projecto inicial apresentado na revista, nomeadamente a ausência do primeiro piso e a introdução de estores nos vãos, o facto destas habitações se encontrarem em uso sugere a capacidade de adaptação da solução produzida na década de 1920 às novas exigências sociais e culturais da vida contemporânea.



Figura 7 – Bairro do Grupo Dez de Maio, 2019. “Elaborado pelo autor”.

Bibliografia

ALEIXO, Sofia; BRANCAS, António. 1920's economic housing in the magazine *A Arquitectura Portuguesa*. In ALBUQUERQUE, Sara; FERREIRA, Teresa; NUNES, Maria de Fátima; MATOS, Ana Cardoso de; CANDEIAS, António (eds.) - "**Web of Knowledge: a look into the Past, embracing the Future**", Évora: Universidade de Évora, Sílabas e Desafios, 2019, p. 24-27.

ALMEIDA, Paulo. M - A questão habitacional em Portugal: Entre o final da Monarquia e a República. In RAMOS, R. J. G.; PEREIRA, V. B.; MOREIRA, M. R.; SILVA, S. D.(Ed.) - **Contexto, Programa, Projecto: Arquitectura e Políticas Públicas de Habitação**. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, Projeto de Investigação (FCT) Mapa da Habitação, 2019, pp.24-34. (Consultado, 10 de Abril de 2020). Disponível na internet: <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/en/book>

ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação, 200 anos**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018.

BRANCAS, António. **A prática social do arquiteto na habitação económica da década de 1920 e a sua divulgação n' *A Achitectura Portuguesa***. Évora: Universidade de Évora, 2020. Dissertação de Mestrado em Arquitectura

COLARES, Eduardo Nunes. *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No ângulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda. A **Arquitectura Portuguesa***. Lisboa: Eduardo Nunes Colares, N.ºX (1926), pp.44-47.

FIGUEIREDO, Rute. **Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)**. Lisboa: Colibri, 2007.

GONÇALVES, Eliseu. A República e questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). In AGAREZ, Ricardo (Coord). **Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2018, pp.41-82.(Consultado, 10 de Abril de 2020) Disponível na internet: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/100anoshabitacao/af_IHRU_Habitacao_Social.pdf

GOMES, Maria Calado de Albuquerque - **A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (policopiado), 2003. Tese de Doutoramento em Arquitectura.

Mapa da Habitação (1910-1974). (Em linha). 2015. (Consult. 30 Jul. 2020). Disponível na internet: <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/pt/>

MESQUITA, Marieta Dá. **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

MOM – Morar de outras maneiras (Em linha). 2004. (Consult. 30 Jul. 2020). Disponível na internet: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>

MONIZ, Gonçalo Canto - **O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)**. Coimbra: Faculdade de Ciências e

Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011. Tese de Doutoramento em Arquitectura. (Consultado, 10 de Abril de 2020). Disponível na internet: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18438>

Presidência do Ministério. **Decreto de Lei n.º 4137/1918, de 25 de Abril**. Diário do Governo, 1ª série, N.º 87 (1918) (policopiado)

SERRANO, Inês - A Higiene e Salubridade na Arquitectura através d'A Construcção Moderna. In MESQUITA, Marieta Dá (Coord.) - **Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade**. Caleidoscópico: Casal de Cambra, 2011, pp. 370-380.

RIC – Revistas de Ideias e Cultura (Em linha). 2016. (Consult. 30 Jul. 2020). Disponível na internet: <http://www.ric.slihi.pt>

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo - **Arquitectos Portugueses, 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)**. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

SAP. Interesses Gerais da Classe: Casas Baratas. Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Sociedade dos Architectos Portuguezes, N.º IV (1908), pp.17-18.

TIAGO, Maria da Conceição. **Bairros Socias da I República: projectos e realizações**. Lisboa: Ler História – ISCET-IUL, 2010, pp. 249-272

Organização

Paula André (DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UÉ)

Sofia Aleixo (CHAIA/UÉ)

Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Bruno Marques (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)

Lúcia Rosas (CITCEM/FLUP)

Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)

Silvana Sousa (CHAIA/UÉ)

María Teresa Perez Cano (HUM700/US)

Rodrigo de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)